

Mesmo com o sacrifício da própria vida! O significado da morte para o policial militar¹

Fabiano Corrêa Barreto²

RESUMO

A morte em seus múltiplos universos sempre fora um tabu na sociedade. Portanto, negá-la, ressignificá-la ou dar outros sentidos a sua representação traz ao ser humano um alento, uma forma de retardar a certeza da sua finitude. Para profissionais que lidam com esse fato, a morte torna-se mais complexa, em especial para os policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, local conhecido mundialmente pelo alto índice de letalidade praticado por estes agentes. Porém, tais profissionais também são vitimados em proporção muito superior a outros países quando do enfrentamento nas ruas e favelas. Daí seu entendimento sobre a morte perpassa, ora por uma sensação de negligência, onipotência ou reconhecimento do caráter fático da morte em seus processos de formação, no trabalho cotidiano nas ruas e a inserção no serviço administrativo.

Palavras chave: morte, formação, vitimização, policial militar.

ABSTRACT

The death penalty in their multiple universes had always been a taboo in society. Therefore, denying it, reframing it or give other senses its representation back to the human being na encouragement, a form of delaying the certainty of his finitude. For professionals Who deal with this fact at every moment, the understanding of death becomes more complex, especially for the military Police of the state of Rio de Janeiro, known world wide by self lethality practiced by the seagents. However, such professionals are also victimized in proportion muchhig her than other countries when the fighting in the streets and slums. Hence their understanding about the death permeates, pray for a feeling of omnipotence, negligence, or recognition of the factual character of death in their training processes, work laborativo the streets and insertion in the administrative service.

Keywords: Death; Training; Victimization; Military Police

Introdução

Construir um trabalho que possa avaliar a trajetória de um grupo social específico como a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) entendendo seus mecanismos de produção de saberes, práticas laborais e procedimentais, é sempre um desafio. Mesmo sendo

¹Monografia de conclusão do Bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense defendida no ano de 2017. Foi orientador o professor Pedro Heitor Barros Geraldo. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado, o professor Alexandre Areas e as professoras Flavia Medeiros e Lúcia Lambert.

² Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense; mestrando no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Membro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

parte integrante de tal força, à luz da sociedade civil, pensar a atividade policial traz compreensões distintas de pontos de vista.

Hoje a PMERJ compreende sessenta e seis unidades administrativas e noventa unidades operacionais, constituindo um efetivo total de quarenta e cinco mil seiscentos e setenta e sete policiais ditos ativos, ou seja, não aposentados e trabalhando ora na atividade de policiamento, ora na atividade administrativa.

Ao longo de suas carreiras, são submetidos a escalas de trabalho diversas, trabalhos não convencionais aos olhos de atividades ditas comuns, pois a atividade policial requer motivações e práticas operativas diferentes de outros tipos de trabalho.

Uma dessas atividades compreende a prática de combate à criminalidade, cujo embate por vezes leva a enfrentamentos violentos, ferimentos, morte de civis ou a morte dos próprios policiais. É neste contexto que a atividade de policiamento suscita para alguns agentes, dinâmicas diferentes na compreensão de suas atividades, em especial quando do resultado morte, seja dos seus pares ou algozes.

Esses mecanismos muitas vezes são compreendidos pela ótica de um enfrentamento onde a cultura do *ethos* guerreiro e do combate ao inimigo perfaz a prática da atividade policial. Com isso, a violência e a rigidez de tratamento perfazem a atividade laboral em detrimento de uma prática de serviço mais voltada aos mecanismos técnicos na obtenção de resultados que visem minimizar resultados tão perniciosos à sociedade no tocante a preservação da vida.

Nesse trabalho o objetivo é entender como tais agentes entendem suas profissões e compreendem a principal consequência para eles quando da fatalidade e entendimento da morte, sua e de seus pares, além dos recalcitrantes a lei por eles vitimados.

Que respostas são possíveis para esse entendimento, ou, no mínimo, que caminhos podem ser traçados para entender a lógica por trás da vida combativa desses policiais e a representatividade perante a sociedade civil organizada das suas ações, e como tais ações se legitimam dentro do campo das relações de convivência social.

Também se busca o entendimento da dinâmica da segurança pública pelo panorama macro perante a sociedade, onde outros atores compartilham com a polícia militar as vivências próprias desse campo, cuja frente de trabalho requer também dos mecanismos de justiça, respostas ao trato com a coisa pública, essa entendida segundo a Constituição como dever do Estado e responsabilidade de todos.

São esses caminhos pelos quais o entendimento humano experimenta os caminhos da violência, que seria possível percorrer os caminhos da morte. A morte anunciada, negada, resignificada e/ou enaltecida dentro das suas múltiplas significações. Quando da sua negação, os mecanismos de fuga ou retardamento do fim passam pela compreensão desse fenômeno natural da vida como algo crível, substancial e factível.

Agentes tão próximos da morte, os policiais militares nas suas múltiplas representações são aqueles que mais vivem os múltiplos significados da morte e dela, ora se aproximam ora distanciam-se dependendo do papel adotado como ator social deste ambiente.

É nessa escalada que entender a figura do policial dentro de um contexto que possa trazer a pessoa além da farda, o homem além da instituição e seja possível responder à natureza caótica de sua profissão no tocante a vitimização profissional. Afinal, pensar a morte é pensar um fenômeno humano, além de estratificações sociais, além das hierarquizações propostas pela sociedade, além das representações sociais que regulam as relações em sociedade.

Metodologia

A construção de uma ideia de trabalho de conclusão de curso acerca da prática profissional na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, foram estimuladas em mim pelo exercício de um trabalho etnográfico apresentado na disciplina Antropologia do Direito I, ministrada pela professora Flávia Medeiros. Este consistiu na representação do sujeito em seu processo de formação, iniciando-se nas fases de candidato, aluno e recruta.

O objetivo é apresentar como tais categorias nativas são responsáveis pela construção do profissional de segurança pública, em especial o policial militar. Com isso estabeleci como ponto de partida o meu processo de formação como policial, demonstrando as relações naquele ambiente, as trocas observadas e a submissão ao processo de construção do caráter do indivíduo no seio policial.

Tal discussão também enveredou, em um primeiro momento, pelas práticas e a submissão a processos de castigos corporais, e como nós alunos do curso de formação de soldados da polícia militar fomos tacitamente coniventes com tais atividades em troca de um *status quo* prometido após o período de formação, a condição de ser um policial militar formado.

Essas reflexões foram suscitadas pelo incidente com um aluno do Curso de Formação de Soldados no Centro de Recrutamento e Formação de Praças da PMERJ (CFAP), situado na fazenda dos Afonsos, no bairro de Sulacap, Rio de Janeiro(RJ), cujo recruta veio a óbito após alguns desses processos de castigos corporais e práticas castrenses. Observando esse aspecto, busquei entender o que faz certos indivíduos a abdicarem, de forma mesmo que inconsciente, de seus direitos básicos, tendo até seus direitos humanos violados e/ou cerceados em prol de uma condição futura de prestígio ou promessa de prestígio.

Com isso, procurei observar e aprofundar o presente trabalho por uma perspectiva maussiana acerca das trocas simbólicas e o uso dessas trocas nas relações de trabalho na Polícia Militar (MAUSS, 2013), o que eu ofereço como indivíduo em troca de adquirir a identidade como policial militar. Meu objetivo era compreender a morte em serviço como uma relação de troca entre a atividade realizada e as promessas e barganhas econômicas e sociais presentes na atividade policial. Porém, na construção de um projeto de pesquisa fui estimulado por meu orientador, Dr. Pedro Heitor Barros Geraldo, a observar não as relações de troca no trabalho, mas sim o objeto central da atividade policial, o significado da morte para estes agentes.

Para isso, foi preciso compreender o significado da morte para a sociedade como um todo, observar como a morte é representada pela sociedade, seus usos e sentidos bem como o ponto de vista por parte da sociedade e dos policiais militares acerca do fator morte no exercício da construção do ser humano.

Assim, procuro elaborar o presente trabalho através da reflexão acerca da minha profissão, em especial o período do recrutamento, trabalho no policiamento ostensivo (o policiamento nas ruas, também chamado atividade fim) e a inserção no serviço administrativo (classificado como atividade meio). Tais problematizações se deram através do que eu chamaria de um exercício etnográfico das minhas memórias, compreendendo tais períodos como uma espécie de participação observante acerca dos fatos.

No processo etnográfico, oriundo de minhas memórias, necessário se fez observar como tal processo etnográfico pode afetar o campo quando o pesquisador é nativo do grupo. Para tal, tentei entender as vantagens e desvantagens de pertencer ao grupo estudado, evitando cair em reflexões de senso comum naturais ao ambiente e as pessoas naquele processo. Preciso foi exercitar as reflexões etnológicas de Bronislaw Malinowski (1978) quando da inserção em um grupo nativo, observar o que é diferente sem tecer pré-julgamentos, e,

compreender que uma coisa é observar de fora uma sociedade, e outra, é estar observando-a de dentro, inserido nela.

Mas dado o período passado de minha formação, foi necessário exercer um distanciamento para compreender, avaliar e entender os processos de passagem ao longo da profissão sem estar afetado pelo campo. Por outro lado, trabalhoso fora o exercício de produzir através da memória, as lembranças de fatos que suscitassem discussões próprias e pertinentes ao problema proposto. Portanto resolvi divagar e deixar fluir as lembranças, e através delas, captar pelo crivo do etnógrafo os fenômenos pertinentes e necessários à construção da hipótese.

Fora realizado também, a revisão bibliográfica acerca de assuntos afetos aos temas, análise de pesquisas e registro de caráter quantitativo e qualitativo sobre a Polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Além da elaboração de grupo focal com seis policiais militares, dentre estes, três na atividade fim e três na atividade meio.

Capítulo I: A Morte.

“O leitor se encontra diante de um livro ousado: que propõe abordar o mais difícil dos temas: a morte. A morte negada, escamoteada, escondida, não nomeada, tabu. A morte que nos espanta, de fora, de cima, do lado, de dentro. E, que, nos incomoda, preferimos não vê-la. Ela insiste, reaparece: nas faltas, nas ausências, nos jornais, na TV, nas guerras, no vizinho, no chefe, na traição, na miséria, na saudade, na mentira, na verdade, na favela, no Ministério”. (KOVÁCS, 1992, prefácio XV).

Um dos maiores mistérios da humanidade é o fato social mais empíricoda vida das pessoas, a certeza da morte. Cultuada, enaltecida, ressignificada, em tantos lugares uma divindade. Na vida da sociedade, em especial nas relações afeitas à segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, a morte tem discursos de números de guerra, cor da guerra e vítimas da guerra.

E é a partir deste estado morte, destas mortes como protagonistas destes eventos que profissionais como médicos, legistas, juízes, bombeiros e policiais militares tentam viver com a morte. Em particular os policiais militares são protagonistas da violência, seja como algozes ou vítimas, como guardiões da cidadania ou promotores de um estado de exceção.

Dado os múltiplos significados da morte, é a partir de seu entendimento como um processo de desenvolvimento da vida humana que essa categoria pode ser avaliada e discutida como uma evolução da sociedade. Onde o caminho para a fatalidade ou a finitude traz o fim de um discurso sobre o estado perpétuo da natureza humana. Mas existem fugas, como se

fugir da morte fosse possível, estabelecidos através do caráter pessoal de cada indivíduo, de cada grupo, de cada organização. E essas saídas dão a proposta, a esperança, a fé, uma força representativa quanto a sua vontade de eternizar a vida ou a própria existência. Às vezes tais processos são conscientes, outras vezes inconscientes e voltados para o caminho das sociabilidades e os princípios construídos pelas estruturas de uma nação, aldeia, tribo, culto ou filosofia.

Porém segundo Kovács (1992), é possível ressignificar a morte pelos caminhos por onde passa o desenvolvimento humano, dentro da sua trajetória como indivíduo, nas suas fases de crescimento: infância, juventude, fase adulta e velhice. Onde cada uma dessas pessoas elenca no pensamento uma visão do fatalismo, sua estrutura como fato e sua importância para a vida humana. Mas é a partir da perspectiva de Emile Durkheim (1978) que é possível contribuir sociologicamente para o entendimento de um fenômeno patológico da sociedade, e, o exemplo de fazer tal entendimento além do suicídio, traz o compasso necessário para trilhar em um grupo social qualquer o “fato social morte” depurando seus princípios e significações.

Sendo assim, a criança e a sua visão apaixonada e heroica do personagem humano permitem não perceber a morte como um elemento totalizante do seu universo. O herói morre e renasce num ciclo contínuo de uma epopeia grandiosa e marcada pela riqueza de seus atos. Há aí uma ludicidade primaveril que permite aceitar viver a morte como um acontecimento reversível.

Na juventude, tal ideia não se compraz, o herói é mais robusto, onipotente, capaz. Morrer faz parte do fracasso, não há espaço para a finitude, pois a afirmação como um adulto deve ser construída, testada, ensaiada nos espaços das representações sociais como indivíduo coletivo. Não cabe, portanto, transportar a morte para o pensamento e amargar a sua frustração. Ela continua distante e permeável apenas aos fracassados, aqueles que não puderam ou quiseram enfrentá-la, aqueles que foram inábeis e incautos sofrem os reveses da morte. É o momento de encará-la de frente.

Ao adulto cabe o amadurecimento e o entendimento da morte como um fato. Não há a chance do retorno, nem tão pouco a coragem para enfrentá-la. E por esse simples fato, o que faz sentido é saber os nossos limites para que se evite a morte ou a transporte para um outro sentido.

É dentro destas reflexões que é possível parer um grupo social tão próximo da morte, o policial militar. Dentro da sua carreira passam por vários dispositivos de socialização

que os fazem naturalizar a morte e abraçá-la dentro dos seus dispositivos morais e éticos de sentido e pontos de vista, sociologicamente colocados por Durkheim da seguinte forma:

[...] há uma cooperação espontânea que se efetua sem premeditação quando se tenta atingir fins de caráter privado; e há uma cooperação consciente instituída que supõe fins de interesse público nitidamente reconhecidos. Às primeiras Spencer dá o nome de sociedades industriais; às segundas, o de sociedades militares; e pode-se dizer que esta ideia é a mãe da sua sociologia. (DURKHEIM, 1978, p.97).

Portando, estudando os processos de formação, serviço operacional e burocracia da instituição policial, e as motivações desses agentes em seus trabalhos, será possível compreender as razões pelas quais tais militares vivem a sensação da morte como prática do serviço.

O recrutamento tal qual a infância, seria a infância profissional destes indivíduos. Socializados a partir de um senso lúdico para as representações morais e cívicas do trabalho através dos processos de educação. Voltados a construir um elemento combativo e intrépido, que possa observar a morte não como um fim, mas como o renascimento de um indivíduo ancestral (SANTOS, 2012, P.115), capaz de viver na lembrança de seus compatriotas, capaz de mostrar a força do espírito de corpo presente no grupo representativo de uma instituição. Na construção de uma nova vida, a figura da grande mãe (KOVÁCS, 1992, p.3) agora repousa nos braços daquela que lhe presta informação, dotando-os de especializações próprias da vida castrense.

[...] diferente dos personagens de desenhos animados, que sempre renascem, aqueles jamais retornam. É uma tarefa muito difícil para a criança definir vida e morte, pois na sua percepção a morte é não- movimento, cessação de algumas funções vitais como alimentação, respiração; mas na sua concepção a morte é reversível, pode ser desfeita. Há diferenças entre vivos e mortos, mas os últimos poderão ser ressuscitados sozinhos ou com a ajuda de alguém. (KOVÁCS, 1992, p.4)

A atividade fim, o policiamento ostensivo, com seu combate à criminalidade seria o momento da juventude para o policial militar. Recém saído da caserna (SILVA, 2011) para a rua, incorpora nesse *ethos* próprio a vontade necessária, a guerra ao inimigo. Sua missão resume-se a uma cruzada ideológica cujas moralidades são permeadas por sua formação. O vigor nas atitudes, a sagacidade, o treinamento, tudo é posto à prova num embate constante. E a vida passa ao largo da morte, crível apenas para aqueles que não vestem o sentido que a representação do guerreiro traz, ou seja, a vitória sobre a morte (STORANI, 2008). Dada a justeza da missão, encarar o desafio da finitude é garantir a perpetuação da vida.

Ao construir o mundo, o adolescente deixa as ideias e os pensamentos infantis, o “faz de conta” é relegado como coisa de criança. Adquirir conhecimentos, tornar-se adulto, ter um corpo de homem ou mulher são tarefas da adolescência. A sua palavra-chave é desafiar, pois o adolescente também é um herói como a criança havia sido, só que um herói mais potente, com um corpo mais forte e uma mente mais aguçada, com todas as possibilidades de criação e execução, sem os freios restritivos da razão e da maturidade. Nas representações figurativas os heróis são jovens, belos, fortes, predominando, sempre, a característica da impetuosidade. Não há lugar para a morte, que representa a derrota, o fracasso. Como podemos ver aqui está representada a visão atual da morte: fracasso, derrota, incompetência. Devemos admitir que somos uma civilização adolescente, onipotente, forte, entretanto com pouca maturidade. (KOVÁCS, 1992, p.5)

A atividade meio, o serviço administrativo, a busca pela burocracia seria o processo de maturidade do policial e o reconhecimento da morte como um resultado prático e factível da profissão. A fuga para esse serviço surge da necessidade de olhar para frente e enxergar um horizonte de possibilidades e de outras promessas para o futuro. O romantismo da guerra na sua representação de um sacrifício lógico dá lugar ao reconhecimento da crueza que ela representa. O coletivo garantido pelo espírito de corpo dá lugar ao questionamento para a permanência do eu em detrimento da instituição que o agrega. Portanto, uma morte tão próxima, ao alcance e no encalço do indivíduo não deixa dúvidas do incômodo que a fatalidade provoca. É preciso buscar o caminho inverso do enfrentamento e resguardar o que há de mais precioso, a vida.

[...] ao fazer um balanço dessa experiência, uma grande transformação interna se processa em nós e a morte não se configura mais como algo que acontece somente aos outros, mas que pode acontecer conosco também. Surge, então, a possibilidade da minha morte e isto traz um novo significado para a vida. Esta passa a ser definida e ressignificada pela possibilidade da morte. Não temos mais todo o tempo do mundo, o limite não está lá para ser extrapolado e sim para ser conhecido e admitido. (KOVÁCS, 1992, p.7).

Sendo assim, dada a vida e a morte, ressignificá-la, moldá-la dentro dos padrões de sociabilidade possíveis, aceitar ou inverter seus sentidos, ignorá-la ou aceitá-la depende da evolução cognitiva, do grupo, das razões que caracterizam a vida do militar, e, em especial o policial militar nas suas múltiplas representações da atividade de policiamento. Nesse teatro de operações onde só ao indivíduo compete definir o seu papel crucial, a sua razão de ser (MUNIZ, 1999), um universo de possibilidades só se descortina quando da certeza do entendimento do seu papel integrante no arcabouço da segurança pública.

Capítulo II.

2.1 O Recrutamento

Em 2000, concluí o ensino médio e até então ocupava um emprego em uma loja de material de pesca na ilha da Conceição, em Niterói. A faculdade ainda era um sonho distante, dada as dificuldades do deslocamento até o centro de Niterói, custo de passagem e tempo para preparar-se para o vestibular de maneira satisfatória para conseguir uma boa colocação. Os tempos eram bem difíceis.

O governador Anthony Garotinho propunha uma revitalização nos órgãos da segurança pública, em especial a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), cuja logomarca decalcada nas viaturas indicava os objetivos do seu projeto: “NP” (Nova Polícia). Os concursos para soldado em média selecionavam cerca de 3.000 (três mil) candidatos a cada ciclo. Vi aí uma oportunidade de emprego estável e a chance de continuação dos meus estudos, afinal de contas havia ali a oportunidade de mudar o próprio status econômico, pois enquanto o salário mínimo regional era de cerca de R\$ 151,00, o soldado da PMERJ, após formado com todas as vantagens ganhava em torno de R\$800,00, uma mudança significativa.

Assim prestei concurso e em 13/12/2000 ingressava no curso de formação de soldados da corporação seguindo para o 25º Batalhão de Polícia Militar no município de Cabo Frio, pois a organização do concurso – a Diretoria Geral de Ensino e Instrução da PMERJ – havia colocado as chamadas companhias pedagógicas em alguns batalhões operacionais do Estado (até então os cursos de formação de soldados era realizado no Centro de Recrutamento e Formação de Praças, CFAP, localizado no bairro de Sulacap na chamada Fazenda dos Afonsos).

Tal mudança tinha como objetivo revitalizar o efetivo dos batalhões, facilitar a inserção dos alunos à vida operacional destes, economizar recursos tendo em vista que os formandos permaneceriam naquelas unidades, facilitar o conhecimento dos recrutas às áreas de policiamento onde futuramente iriam policiar – pois o estágio prático seria realizado dentro da área de atuação daquele batalhão escola – e permitir ao comandante da unidade formar seu policial dentro do padrão de comportamento e filosofia de trabalho alinhada aquele perfil de direção.

Com isso, tem início o curso onde um sargento ao referir-se a mim disse uma frase que afeta a identidade do militar por toda a sua carreira: “*Aluno anota aí seu RG porque esse número vai te acompanhar pela vida inteira*”. Até então eu não havia percebido a extensão

daquelas palavras e dado o grau de importância necessária, mas dada a imperiosidade da ordem e o rigor como fora proferida, pois a sujeição a uma posição liminar já havia começado, e, era preciso submeter-se, gravei aqueles números com todas as forças da minha vida!

O RG ou registro geral é uma sequência de números que revelam a sua posição nominal na quantidade de policiais existentes em toda a Polícia Militar do Rio de Janeiro, correspondendo a sua relação hierárquica e de antiguidade perante aos demais policiais. Após a fusão da polícia Militar do Rio de Janeiro e Polícia Militar da Guanabara em 1975 (os quais tinham respectivamente as alcunhas de Treme-terra e Azulões), esse número há época (anos 2000) havia alcançado a marca de 71.000 policiais sendo aí compreendido: os que se aposentaram, os já falecidos e os da ativa. Os RGs de policiais falecidos não são aproveitados na contratação de novos recrutas, ou seja, permanecem com o morto pela eternidade assim como policiais excluídos ou licenciados também. O RG não é aproveitado, havendo a reassunção do RG quando da volta de algum ex policial ao quadro de policiais ativos da corporação, única possibilidade de aproveitamento possível.

Daí outra “máxima” era dita acerca do nosso recrutamento. Como nós éramos os policiais mais “modernos” da corporação, os “ 71 milhão”, termo utilizado para destacar a nossa imensa distância hierárquica dos chamados “antigões” (policiais com vinte, trinta anos de atividade) a todo momento a frase “*essa polícia acabou mesmo!*” era proferida sobre nós. Apesar da condição de “aluno”, nome sempre proferido aos gritos quando éramos chamados para alguma tarefa, todos os policiais “mais antigos” da unidade já nos consideravam como “policiais”. E quando havia a oportunidade de se aproximar do grupo sem que um “Oficial” estivesse olhando, aconselhavam quanto a nossa nova condição alertando para a postura que deveríamos tomar a partir daquele momento, os perigos que deveríamos evitar, pois a “história agora era outra”, éramos PAPA MIKES (categoria nativa utilizada através deste símbolo fonético, geralmente utilizado também pela Marinha do Brasil e pela PMERJ nas suas comunicações via rádio, onde “PAPA” significa a letra “P” e “MIKE” – pronuncia-se “maique” – a letra “M”, uma abreviatura para o nome “policial militar” utilizada pelos policiais militares, sendo os policiais civis chamados de “PAPA CHARLIE”).

O convívio com os policiais operacionais e já formados era proibido e não recomendado. Apesar de naquele período inicial da formação ser meio que porosa essa relação. A razão da proibição era que poderíamos nos “contaminar” com as informações vindas de fora, da “rua” e assim acharmos que já éramos “alguma coisa” e adquirir “ranços”,

“posturas” reprováveis para o meio acadêmico, mas muito utilizadas pelos já formados nas suas atividades policiais. A responsabilidade como anteriormente disse, desse afastamento, ficava a cargo dos Oficiais, os responsáveis pela instrução ou dos Sargentos auxiliares destes³.

Todo o deslocamento dentro do quartel era de forma acelerada, ou seja, correndo. Se fôssemos pegos por algum instrutor ou Oficial andando pelo pátio, éramos sumariamente repreendidos. Os castigos passavam pela obrigação da realização de várias repetições de exercícios físicos ou a submissão ao chamado LS (licenciamento suspenso), o que valeria a ficar os finais de semana dentro do quartel dando fim as folgas neste período. A todo momento o medo era ficar “preso”, um incomodo que perseguia tanto os alunos como os formados, pela rigidez do regulamento disciplinar da corporação (o qual permite punições disciplinares que vão desde a repreensão verbal até a prisão, agravada para prisão em separado pelo período máximo de trinta dias). Nas palavras de um Sargento responsável pela reserva de armamento da Unidade (local onde se faz a manutenção de todas as armas de fogo que são usadas no policiamento), “*preso eu já estou, a liberdade vou conquistando ao longo do meu plantão*”. O objetivo era não aparecer nem positiva nem negativamente, não chamar atenção, pois quem “*não era visto, não era lembrado*”, isso diminuía as chances de ser chamado para alguma tarefa ou “suga”, que eram rituais de submissão do aluno a trotes, como ficar em pé no sol por horas, exercícios com bombas de gás lacrimogêneo chamada de o “cigarro do polícia”, exercícios como polichinelos e flexões de braço para “oxigenar o cérebro” e não “cagar o pau” – vacilar, errar – ao completar alguma tarefa.

Nas palavras de um velho oficial que nos dava aula acerca da ética policial militar, está aqui não se confunda com os princípios empíricos que fogem à regra formal na construção do saber prático do policial e a aplicação deste saber de forma desigual e diversa

³A Polícia Militar se divide em dois quadros de servidores distintos: Oficiais e Praças. Os Oficiais são escalonados, do menor para o maior, pelas patentes concedidas através de um documento chamado “Carta Patente” pelo Governador do Estado através de decreto publicado em Diário Oficial, estruturando-se da seguinte forma: 1º Tenente e 2º Tenente – Oficiais Subalternos; Capitão – Oficial Intermediário; Major, Tenente-Coronel e Coronel – Oficiais Superiores. Os Praças são escalonados, do menor para o maior, pelas graduações e são promovidos pelo Comandante Geral da Polícia Militar através de ato publicado em um documento chamado Boletim da Polícia Militar, estruturando-se da seguinte forma: Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento, Subtenente. Existe ainda para os Oficiais as Praças Especiais que são os alunos do curso de formação de Oficiais e o Aspirante a Oficial, condição probatória, com duração de seis meses, do aluno do curso de formação de Oficial para ser promovido a patente de 2º Tenente. Já os alunos do curso de formação de Soldados, após o curso são promovidos a Soldado PM, cujo estágio probatório tem a duração de dois anos. No período do estágio probatório tanto o Soldado como a Praça Especial (Aspirante a Oficial), podem ser excluídos “a bem do serviço público” pela Polícia Militar, o que resumidamente significa uma demissão do serviço público de forma sumária e com menos formalismo. (Decreto-lei nº 215, de 18 de julho de 1975, Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro).

dos organismos formais da lei e justiça, ou seja, orientado pelas práticas do seu universo relacional e ambiente, a ética policial (KANT DE LIMA, 1994), “*punir é fazer justiça*”! Embalando em seguida um discurso a luz do regulamento disciplinar, da conduta moderada de um verdadeiro militar e do principal valor a ser observado por todos os policiais: o princípio da “hierarquia e disciplina”, base e estrutura que mantém os costumes, tradições e a própria Corporação.

Dentro do curso de formação tinha até uma máxima que aquele era o melhor momento, o curso de formação. Onde você não está trabalhando e muitos falam, vai deixar saudade, você vai sentir saudade deste período, porque depois você vai trabalhar e vai presenciar a realidade, exercer a atividade fim policial militar. (Grupo focal, soldado F3, quatro anos e sete meses de serviço)

Apesar da suga, dos exercícios físicos extenuantes e de toda a carga de pressões que sofríamos, o grupo de alunos era alertado para aproveitar bem aquele momento, vivê-lo intensamente, pois diziam, “*recruta não baba nada, vocês são iguais a bebês, não sabem o que estão fazendo*”. Naquela rotina, aqueles que por ventura vinham a entrar para resolver alguma pendência no batalhão davam uma espiada nos “bolas de ferro” (segundo os “antigões” essa era uma categoria nativa também usada para definir nossa condição, semelhante as bolas de ferro presas aos pés dos presos). Quando porventura um deles ficava, por razões diversas, responsáveis por conduzir-nos a algum lugar ou estar conosco para prática de algum policiamento festivo na cidade, oportunidade para praticarmos o exercício da atividade policial ajudando no policiamento, porém, desarmados e apenas com cassetetes – bastões de madeira ou borracha para defesa no uso policial – e, portanto, necessitando da presença de um policial formado e armado presente com o grupo de alunos. Os “antigões” se sentiam presos a essa responsabilidade, impossibilitados de andarem livres, portanto presos aos “bolas de ferro”. “*Vocês atrapalham bolas, não posso nem fazer minhas paradas*”.

À medida que o curso ia avançando, nossa resistência, dia a dia, era testada, mas também por imposição da nova política de segurança pública imposta pelo governo do estado, algumas aulas teriam que envolver a presença de uma psicóloga e uma assistente social. Foi neste período que fizemos algumas dinâmicas de grupo e uma delas em especial, promoveu um maior alarido no batalhão, é claro que nossos instrutores sabiam o que iria acontecer, mas os demais policiais de serviço ali não.

O exercício começou com um preparo dos alunos. Fomos pintados e paramentados como índios, divididos em grupos e cada grupo ficou responsável por realizar uma determinada tarefa no interior do quartel. Essa tarefa consistia em descobrir, através da

proposição de charadas, certos símbolos ou amuletos que se encontravam escondidos dentro de alguns locais da unidade. Cada amuleto tinha um peso específico em pontuações, quem apanhasse o maior número de amuletos em somatório de pontos venceria a tarefa e estaria autorizado a ganhar dois finais de semana de dispensa de qualquer serviço extra (nesse período começamos a ser alocados em funções de cunho militar dentro do quartel, como apoio a guarda, posto de sentinela, que consistiam em uma vigilância nas extremidades do quartel, o que demandava o uso dos alunos também aos finais de semana).

As reações foram as mais diversas e mais uma vez fomos o foco das atenções. Alguns policiais ficaram até irritados e diziam: *“Olha lá os bolas de ferro, em vez de estarem aprendendo a dar tiro para correr atrás de vagabundo, tão dando pulinho e gritando, sei não, essa polícia acabou mesmo!”*. É claro que éramos submetidos a instruções de tiro, conduta de patrulha, técnicas de abordagem, matérias específicas para o exercício da atividade policial. Mas essa nova postura de aprendizado de acordo com nossas instrutoras, a psicóloga e a assistente social, era para desenvolver em nós o espírito crítico e a capacidade de reagir a situações adversas. Fomos alvo de piadas por um bom tempo, esse episódio não passou em branco e marcou nosso curso pelo resto da temporada.

Estávamos ali entre a caserna e a rua (SILVA, 2011), e, às vezes, a rua vinha nos visitar, mostrar a dicotomia entre o trabalho policial e a academia, alertar para o que nos esperava e nos sacudir daquela ilha da fantasia (SILVA, 2011). Assim, a cada corrida realizada, a cada passo dado, a cada ordem unida ministrada, nossa mente, corpo e espírito ia assumindo uma outra postura, costurando uma nova caminha, assumindo uma nova identidade perante o círculo que nos rodeava, ganhando pontos perante os nossos superiores. A formatura estava chegando e com ela o rigor do tratamento impelido por aqueles que nos formava diminuía.

2.2 Era apenas um RP.

Paralelamente ao nosso recrutamento, convivíamos no batalhão com um grupo de jovens chamados pela sigla RP (Reservistas da Paz). O projeto reservistas da paz consistia em aproveitar jovens recém saídos das forças armadas em serviços de patrulhamento nas ruas e no apoio em batalhões. Com isso, segundo o governo do Estado, esses jovens além da oportunidade do primeiro emprego, poderiam ao familiarizar-se com a PMERJ, ingressar

através de concurso na corporação, o que alguns fizeram posteriormente, não só para a academia de praças como para a academia de oficiais. No auxílio ao policiamento sempre andavam em pequenos grupos, desarmados e sob a chefia de um policial armado.

Apesar de alguns conflitos de relacionamento no começo dessa relação, entre os alunos do curso de formação de soldados e os RP – o que levou um deles a exclusão do programa, pois em determinada situação discutira com um dos soldados alunos sendo o fato levado ao conhecimento do comandante do batalhão e conseqüente punição do reservista – aos poucos as relações foram tornando-se cordiais. Embora os RPs não fossem militares, tacitamente havia o entendimento que nós éramos hierarquicamente superiores aos reservistas e que a cordialidade e o respeito deles para conosco sofreriam o mesmo processo que as relações hierarquizadas dentro do quartel. Afinal, um dia eles também poderiam ser policiais e deveriam socializar a cordialidade, respeito e camaradagem, princípios que norteiam a vida militar. Ainda mais eles, egressos das forças armadas e mais do que ninguém, conhecedores da “hierarquia e disciplina”.

Essa também fora uma das razões dos cursos de formação de soldados terem sido deslocados do CFAP para outras unidades da corporação. Pois os reservistas da paz passavam por um pequeno treinamento antes de assumirem a parte prática do programa, o que num primeiro momento foi realizado na Fazenda dos Afonsos. O projeto foi implementado em larga escala no Centro da Cidade do Rio de Janeiro e próximo aos comércios da região. Usavam um uniforme diferenciado do uniforme operacional policial, parecendo com as fardas de passeio da PMERJ, diferenciando-se destas pela cor azul marinho.

Em Cabo Frio, devido à carência de uniforme, os mesmos usavam o que era vulgarmente chamado de “bichoforme” (calça azul jeans, camisa branca e tênis preto) e como não podiam assumir atividades na rua com esses trajes, ajudavam em funções administrativas dentro da unidade. Este também era o uniforme usado pelos soldados alunos até o recebimento da primeira farda, a chamada 5º A do RUPMERJ (Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Rio de Janeiro, sendo o 5º a representação numérica correspondente a quantidade de uniformes existentes), o chamado MUG, motivo de grande alegria e satisfação perante os recrutas, pois agora “nós parecíamos policiais de verdade”. Tal alusão ao apelido diz respeito também a nossa condição como alunos, indefinida, liminar e a procura de uma nova identidade legitimada pela “passagem a pronto” jargão militar que significa estar formado. Parecíamos os “invertebrados”, semelhante ao curso do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) onde profissionais oriundos dos batalhões convencionais são

assim adjetivados para demonstrar sua distância com relação a figura combativa e guerreira destes milicianos, ou seja, uma figura amorfa, incompleta, indefinida e incapaz de pertencer a aquele grupo social, motivado por um *ethos* próprio e particular, características dissonantes que vão desde a condição do estado físico até a postura e idoneidade moral (STORANI, 2008).

Então tínhamos naquele ambiente, o quartel, duas classes distintas de neófitos (STORANI, 2008), aqueles que ao longo da jornada completariam sua trajetória a caminho da autoafirmação como pertencentes aquela estrutura, prestes a se formarem – os soldados alunos. E outra classe, sem promessas de vitória, com uma breve expectativa de galgar a mesma condição dos recrutas e à margem do grupo – os RP. A situação ainda se agravava, pois alguns deles eram filhos de ex-policiais, policiais aposentados e até policiais da ativa e assumiam trejeitos e posturas semelhantes aos policiais formados, inclusive capitaneando trabalhos de segurança privada no mercado informal em cargos de chefia de boates, comércios e afins, muitos deles conseguidos pela condição de serem um RP ou até mesmo de se auto intitulem policiais. Assim, houve um estreitamento ao longo do tempo das relações e um sentimento tácito de pertença de grupo que culminou com a mesma porosidade nas relações sentida entre os alunos do curso de formação de soldados e os policiais formados, pois afinal “vestíamos uma mesma camisa” e “combatíamos a mesma guerra”.

Era tempo de festejar aqueles que ficaram, aqueles que atingiram a glória prometida através do esforço pessoal, os que tentaram e conseguiram sobrepujar a vida de PI – tal qual explica Kant de Lima (1994), a representação aqui também tem o significado de pé inchado, porém adjetivado como um indivíduo à toa, um Zé ninguém, alguém que não pertence ao grupo dos PAPA MIKES – e comemorar a formatura.

2.3 A Pista.

Após a solenidade de formatura, realizada na praça do município de Armação dos Búzios, inclusive com a presença do Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro na época, fora dado um recesso a turma os quais deveriam retornar para o serviço e apresentações ao Comandante da 5ª Cia/Búzios (há época o batalhão de Cabo Frio era dividido em cinco regiões administrada pelas chamadas Companhias –Cia– assim distribuídas: 1ª Cia- Centro da Cidade e Arraial do Cabo, 2ª Cia- São Pedro da Aldeia, 3ª Cia- Araruama, 4ª Cia- Saquarema, 5ª Cia- Armação dos Búzios).

Sendo assim, comecei meu serviço na rua, onde mesmo cumprindo estágio durante o curso externamente, agora tudo era novidade, pois éramos formados, e qualquer ação ou omissão da nossa parte em atendimento ao público, seríamos responsabilizados. Porém, este serviço mais livre das pressões do batalhão não duraria muito tempo. Um novo recrutamento iniciou-se na unidade e assim os soldados alunos já no período de estágio na rua necessitavam de um policial formado para acompanhá-los. Como apesar de formados éramos os mais modernos na escala hierárquica do batalhão, fomos convocados para essa missão.

O fato causou grande descontentamento na turma, pois agora a escala passaria a todos os dias de segunda a sábado, seis horas por dia, diferente da escala de vinte e quatro horas de trabalho por quarenta e oito horas de descanso que cumpríamos no DPO (Destacamento de Policiamento Ostensivo). Para muitos de nós aquilo teria sido “piruação” (categoria nativa que quer dizer fofoca, intriga, sugestões fora de contexto ou mal colocadas) dos “antigões”, os quais sentiam inveja dos recém-formados por irem para uma das melhores Companhias de trabalho da região, onde só dava “gringo” e “bacanas”, artistas famosos e afins.

O fato é que os mesmos “antigões” usaram da antiguidade hierárquica para não tirarem o serviço, diziam que o PO (policiamento realizado a pé e em alguns bairros da região) era coisa para “recruta” e além dos que chegaram para recrutamento, havia os recém-formados para realizar tal missão. Assim, eu que morava muito longe de Cabo Frio, ficava praticamente a semana inteira no batalhão, dormindo no alojamento do quartel. Até que surgiu a oportunidade de ser transferido para um batalhão da região de Niterói, mais próximo de minha casa.

Embora o serviço não fosse operacional (fui trabalhar na guarda do quartel), o convívio naquele ambiente e as boas relações que fazia com meus superiores, deram-me a oportunidade de ser indicado para outro setor, cuja atividade envolvia o trabalho no policiamento ostensivo de forma mais contundente e na atividade mais repressiva no combate à criminalidade.

Para esta atividade éramos preparados e treinados para todo o tipo de enfrentamento, utilizando as melhores armas que havia no mercado (aquela época as pistolas calibre .40 e as Carabinas marca Cout M4 calibre 5.56 eram o que havia de mais inovador no emprego policial), viaturas novas e coletes também. Utilizávamos um fardamento diferente, camuflado, o que dificultava sermos vistos em determinados ambientes, principalmente em meio urbano e nas favelas. Éramos conhecidos como Grupo de Ações e Operações e Repressivas (GAOR).

As atividades em muitas oportunidades envolviam a localização de criminosos e o combate direto ao tráfico de drogas em diversas favelas dos municípios de Niterói e São Gonçalo, entre elas Morro do Estado, Complexo do Caramujo, Vila Ipiranga, Complexo do Salgueiro, Complexo da Coruja, ou seja, locais onde traficantes armados com equipamentos de alto poder destrutivo tomavam conta do local. Não era incomum a ocorrência do enfrentamento armado a esses grupos, com resultado morte para ambos os lados. Íamos também em socorro a outros policiais que por algum motivo ficavam encurralados no interior das favelas em meio ao fogo cruzado, muitas vezes conseguindo resgatá-los.

Foi uma fase heroica da minha passagem pela PMERJ. Estava no auge da forma física, jovem para o trabalho que realizávamos. Lembro quem em uma determinada operação em uma comunidade em Niterói, a qual estava em guerra de facções criminosas (o tráfico de drogas no Rio de Janeiro divide-se em várias gangues ou facções criminosas, entre as de maior influência temos: Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando e ADA– amigos dos amigos– em Niterói e São Gonçalo, a maioria do mercado de drogas são de responsabilidade do comando vermelho e terceiro comando, os quais em algumas ocasiões entravam em luta por disputa de territórios), um dos policiais do policiamento convencional que viera em apoio, pois estava próximo, não conseguiu subir as escadarias, estava logo atrás de mim e lembro bem ele ter falado: *“Pô irmão, dá pra mim não, sobe que daqui, vou voltar”*. Como eu não podia abandonar a minha patrulha, continuei a subir.

Esse era um dos diferenciais da nossa equipe, agíamos semelhante ao BOPE, em uma rígida conduta de patrulha (mecanismo de progressão no terreno onde um grupo de milicianos age avançando no ambiente ponto a ponto de forma a tomar o espaço por completo, não deixando que o adversário volte a ocupá-lo). Tínhamos uma rígida disciplina nas posições adotadas por cada membro da equipe e a comando de um sargento que era o tomador das principais decisões em momentos complexos. A missão era não ser abatido e voltar para casa com o sentimento do dever cumprido. Nossa conduta, balizada pelo comandante do batalhão, era irretocável. Éramos tidos como os “certinhos”, pois não havia a aceitação do “arrego”, parte estruturante de relações de negociações espúrias entre traficantes e policiais através do uso da propina. Para Pires (2010), compõem relações de poder cuja precariedade do sistema transforma em mercadoria política e faz do agente que o impõe um ator cuja autoridade faz dessa vantagem um mercado.

No recrutamento, o “arrego” como categoria nativa transformava-se em uma interjeição que denota reprovação em certos atos praticados, como uma atitude imperfeita em

sua execução, e, portanto, merecedora de uma expressão de insatisfação e reprimenda. A expressão “arrego militar!” , quando errávamos alguma função, ou na ordem unida, ou na educação física era recorrente na voz dos nossos instrutores. Na rua não, era a visão do que havia de mais inglório na guerra à vagabundagem. Receber “arrego” era, no pensamento do combatente, daquele que lutava a guerra contra as drogas, indiretamente matar um amigo de profissão, compactuar com o banditismo e misturar-se a ele. Tal qual o BOPE que eram chamados de faca na caveira e nada na carteira (STORANI, 2008, p 49), ser um policial cumpridor de sua missão para nós, era abdicar do vultoso mercado que o “arrego” envolve (PIRES, 2010).

Inicialmente você não mede as consequências, você tem a preocupação de ser aquele policial bom de serviço, você vai pra dentro mesmo, você é um pouco displicente mesmo, é aquela vontade de ser aquele policial bom de serviço.(Grupo focal, sargento F1, quinze anos de serviço)

Éramos um grupo combativo, diferenciado e, portanto, perseguido e temido pelo tráfico de drogas. Nos confrontos não era incomum haver a baixa entre bandidos, e, tal fama corria por entre as favelas. A cada missão a cumprir os confrontos tornavam-se mais acirrados, mas gostávamos daquela emoção, daquela adrenalina. E foi justamente em um momento de aparente calma que houve o baque, perdemos um dos nossos.

O GAOR era dividido em duas equipes, chamadas A (alfa) e B (bravo), trabalhando em revezamento de dias. Fazia parte da equipe A e nos dias de folga comecei um curso de pré-vestibular para tentar o concurso ao curso de formação de oficiais (naquela época o processo seletivo tinha como porta de entrada o vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ). Portanto, como a minha escala de serviço era das duas da tarde as duas da manhã, das sete da manhã ao meio dia eu estava no curso e como era próximo do trabalho, dava tempo de assumir o serviço com certa tranquilidade.

Foi em um destes dias de aparente tranquilidade que eu recebi uma ligação quando estava no curso. Um dos colegas que estava de serviço na ala B ligou dizendo que um dos nossos colegas havia sido baleado. De acordo com ele, os mesmos estavam passando próximo a uma comunidade conhecida como Chácara, divisa com o morro do Estado no centro de Niterói, quando escutaram disparos e o colega reclamou de uma queimação embaixo da axila. Ao perceberem que o tiro havia entrado pela junção do colete e atingido o amigo, socorreram-no levando-o para o Hospital Antônio Pedro. Chegou conversando normalmente, mas a situação se agravou. O tiro havia perfurado o pulmão, causara hemorragia e de acordo com o

médico o amigo morrera sufocado pelo próprio sangue. A morte bateu à nossa porta, lembramos das brincadeiras, do momento de descontração e das intensas trocas de tiros onde sequer havíamos sido baleados e agora tínhamos um colega morrendo daquela forma, sem ao menos poder defender-se.

Para nós fora uma situação bastante traumática. Por mais que nos sensibilizemos com a morte de companheiros em outros batalhões ou no dia a dia em notícias televisivas, a morte tão próxima de nós, com um companheiro de trabalho que estava ali compartilhando do mesmo objetivo, comungando sonhos, esperanças, desejos, nos afetava mais. Representou um momento muito difícil e a oportunidade de pensar nossas ações. Fomos pegos de surpresa, até então não havia morrido ninguém daquela equipe. Segundo Medeiros:

Há mortos e outros mortos. Entre as diversas mortes-acontecimento, há mortes-evento que têm seu significado diferenciado pelo que são, ou melhor, por quem foram os cadáveres. E são esses corpos apresentados que fazem com que o acontecimento morte seja reinterpretado. Assim, quem é o morto e como foi sua morte faz uma morte ser vista, ou não, como um evento. (MEDEIROS, 2016, P.47)

Então, aquele morto, aquela morte, ou morte-evento (MEDEIROS, 2016) era um acontecimento “dos nossos”. Como tal, seria um elemento a ser lembrado no ritual castrense. Tal qual os rituais de morte entre os Nagô, ele seria um “Ancestre” ou um “Egun” – representações individualizadas e sociais daqueles que apesar de “despachados” para o “òrun” (céu), devem ser lembrados de tempos em tempos – para mostrar ao grupo a sua herança divina (SANTOS, 2012).

Algum tempo depois o GAOR fora descontinuado e toda a equipe restante colocada para a segurança de magistrados no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A razão fora o assassinato no estado do Espírito Santo de um Juiz da Vara de execuções Penais daquele estado. Aqui, alguns juízes também vinham sofrendo ameaças e solicitaram ao Comandante Geral da PMERJ uma equipe para sua segurança. Como o Comandante Geral fora nosso comandante no batalhão onde trabalhávamos, solicitou nosso grupo para essa missão.

Para mim tal trabalho só atrapalhou minha estratégia de estudos, pois algumas vezes faltava ao curso para cumprir o serviço que se iniciava pela manhã e às vezes ia até a madrugada. Não tinha mais tempo para cumprir as tarefas do curso, até nos finais de semana era empregado no serviço de escolta. Aquilo foi causando-me tamanha insatisfação que pedi para sair daquele serviço, o que para alguns era motivo de assombro, diziam: *“Pô polícia! Vai perder essa oportunidade de ficar trabalhando com o doutor, vai ficar queimado em.*

Qualquer um queria ficar no seu lugar, vai tomar um bico para qualquer batalhão”, e coisas do tipo.

Quando da reunião com o Comandante Geral nos fora prometido que aqueles que não se adequassem ao serviço ou não quisessem fazê-lo, poderiam pedir para saírem a qualquer tempo. Era uma promessa dele. Como tinha essa carta na manga, resolvi aceitar o serviço num primeiro momento e, com o andar do tempo, não satisfazendo minhas aspirações, resolvi ir embora. Fui devolvido a meu batalhão de origem conforme o combinado sem qualquer problema, que para alguns foi mais um motivo de assombro por não ter tomado um “bico” (tal categoria nativa diz respeito a transferi-lo para um lugar que não seja da sua vontade, a sua revelia e de forma fortuita e artilosa, com o único objetivo de atrapalhar a sua rotina de trabalho e vida pessoal).

Comecei uma nova jornada no trabalho e agora fora da rua, fora do policiamento ostensivo, exercia a atividade de plantonista no quartel, o que para mim fora uma oportunidade de tentar recuperar o tempo perdido com relação aos estudos. Porém não consegui a aprovação no vestibular. Outros concursos internos foram surgindo, onde fui aprovado para o curso de formação de sargentos, passando um ano fora do quartel. Lá conheci colegas que já eram universitários ou tinham concluído a faculdade. Muitos deles não trabalhavam na atividade fim e sim na atividade meio.

Para alguns policiais, os profissionais da atividade meio eram beneficiados pelo conhecimento que acumulavam dentro das seções, pois tinham acesso a materiais que o policial das ruas não tinha, porém, a verdade é que o policial ao sair da academia pouco preocupava-se com o apuro do conhecimento. Os mais jovens ainda buscavam, como nós, outras oportunidades na carreira, mas a grande maioria com mais tempo de profissão não queria estudar. Nós mesmos quando da realização do concurso ao curso de formação de sargentos fomos criticados, muitos diziam que perderíamos dinheiro ficando um ano em um curso, só fazendo dívidas e fora de alguns empregos informais, o “bico” (categoria nativa aqui utilizada para caracterizar atividades de segurança informais realizadas na folga de forma irregular, pois o regulamento disciplinar prevê dedicação exclusiva ao serviço).

A verdade é que aquele período de curso aprofundou em mim a certeza de cada vez mais exercer atividades menos operacionais e mais administrativas. Afastar-se da correria do dia a dia na “pista” e procurar aprofundar o conhecimento para dar um *up* na carreira. Agora como sargento, as possibilidades de assumir funções mais burocráticas era um fato,

principalmente porque éramos os chamados “sargentos de curso” diferentes dos “sargentos de tempo de serviço⁴”.

Com isso, ao término do curso, volto ao quartel disposto a pôr minhas ideias em prática e assumir serviços de natureza administrativa. Mas conhecedores da minha experiência nas ruas, dada a minha condição de sargento, fui promovido a chefe de equipe e voltei a atividade fim. Passado algum tempo, por questões de logística, fui transferido para o quartel do município de São Gonçalo-RJ. Como lá o serviço administrativo abrigava poucos policiais continuei no serviço nas ruas, até que dada a minha amizade com alguns policiais da minha antiga unidade fui convidado a retornar para o batalhão de Niterói onde exerceria uma atividade exclusivamente administrativa e em consonância com meus objetivos. Ali, com o tempo de promoção encurtado, fui promovido a subtenente envolvendo-me cada vez mais em funções de apoio aos oficiais chefes de seções e adquirindo mais ainda o ranço da administração. Como diria um dos “antigões”, havia encontrado um “cantinho para me esconder”.

Capítulo III

3.1. Grupo Focal.

A elaboração do grupo focal envolveu a presença de 06 (seis) policiais militares, sendo que três deles encontram-se na atividade fim e os demais na atividade meio. Cinco deles são praças e apenas um oficial de baixa patente (segundo tenente). O tempo de serviço prestado na corporação oscila entre quatro a dezesseis anos, sendo um deles recém-formado estando com cerca de um ano de corporação. Foram identificados por mim pela sigla F, sendo

⁴Diferente do plano de carreira onde a praça da PMERJ pode chegar de soldado a subtenente sem prova, após 25 anos de serviço, ou seja, esperando apenas o tempo mínimo para ser promovido, os policiais que são aprovados em concursos internos para sargento têm esse tempo de progressão na carreira encurtado. Isso permitiu que policiais cujo tempo de serviço fosse menor que os demais pudessem ascender na carreira e ficarem hierarquicamente superiores a policiais com mais tempo de serviço que eles, este foi o meu caso. Os sargentos de curso, como éramos chamados, levavam mais tempo na academia de sargentos para concluir o curso e, em tese, tinham um maior preparo para resolver questões afetas a administração que os demais sargentos promovidos por tempo de serviço. A antiguidade é dada pelo posto ou graduação, portanto aquele que for promovido primeiro dentro do mesmo quadro de policiais será mais antigo. Assim o militar subsequente na escala hierárquica só poderá sair daquele quadro para uma colocação superior quando aquele mais antigo que ele o for primeiramente, dentro da mesma graduação. (Regulamento de Promoção de Praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 7.766, de 28 de novembro de 1984.).

numerados sequencialmente de um a seis (F1, F2, F3 e assim sucessivamente), sendo suas identidades protegidas pelo anonimato facultado a pesquisa. Apenas um deles exerce sua atividade laboral na região metropolitana, porém, fora da capital do estado. Os demais trabalham próxima a Capital do Rio de Janeiro e dois deles exercem a atividade fim em uma Unidade de Polícia Pacificadora⁵. A média de idade destes profissionais oscila entre vinte e cinco e quarenta e um anos, todos universitários, alguns deles egressos dos serviços nas Forças Armadas.

A visão dos profissionais acerca da corporação a qual servem passa ora pelo orgulho da missão que exercem, ora pelo ostracismo, desestímulo à atividade e sensação de desamparo perante suas atividades laborais. Todos falaram sobre a “guerra às drogas” porque passa a sociedade e o clima de medo envolvendo o ambiente da segurança pública. Alguns falavam que o policial militar se tornou um “ser matável”, como uma espécie de caça perpetrado pelos bandidos a esses agentes. Manifestaram ainda a desconfiança que nutrem pelo poder judiciário, o qual para eles não tem seu discurso alinhavado com a sua prática policial, pois “*polícia prende e a justiça solta*”, ou seja, para eles, a prática delitiva sofre grande estímulo por uma falta de coercibilidade dos juízes e promotores. Faltaria também reconhecimento por parte da sociedade em relação às suas atividades.

Com o passar do tempo fui mudando minha opinião, entrei na polícia em 2002, e hoje agente vê esse cenário triste, como você comentou. Tivemos neste final de semana o suicídio daquele policial do Hospital da PMERJ, colegas morrendo quase que diariamente e isso causa um impacto tremendo nas ações que o policial venha a participar. Acredito que muitos colegas aí tenham deixado de abordar diante deste cenário aí, e até mesmo diante da falta de apoio do Comando, do abandono de órgãos do judiciário com relação até a uma determinada situação em ocorrência que o policial venha a se envolver. (Sargento F1, quinze anos de serviço)

⁵ Implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa das UPPs - planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional - foi elaborado com os princípios da Polícia de Proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. O Programa engloba parcerias entre os governos – municipal, estadual e federal – e diferentes atores da sociedade civil organizada e tem como objetivo a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do Estado com a população. A pacificação ainda tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades. O Estado do Rio de Janeiro possui 38 UPPs e a polícia pacificadora conta com um efetivo atual de 9.543 policiais. As UPPs em operação abrangem aproximadamente 264 territórios. Cabe ressaltar que os efeitos proporcionados pelo programa extrapolam as comunidades pacificadas, se estendendo a suas áreas adjacentes, beneficiando direta e indiretamente uma população bem maior. O programa também está na Baixada Fluminense, com a UPP Mangueirinha. Fonte: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp

E você começa a ver essas coisas e sua vibração, quando você sai da academia começa a diminuir, você vai perdendo o gás, começa a questionar certa situação, e aí é o judiciário, é da mídia que manipula, aí falo: opa! Acho que to muito acelerado! Assim comecei a desacelerar e a fazer “política” para sair da atividade fim. (Soldado F3, quatro anos de serviço)

Institucionalmente a corporação trata o policial como números, morrendo ou vivendo você é mais um número. Não há um estudo para verificar essas mortes ou uma política que cessem esses eventos, muitas das vezes o policial morre por falta de logística, containers para abrigar policiais, falta de treinamento que muitas das vezes numa conduta de patrulha se esse policial errar ele vai morrer e matar a equipe dele, então a polícia não está preocupada com isso. (Cabo F4, onze anos de serviço)

A morte está presente no cotidiano policial, no entendimento tanto da mídia quanto do policial, agente não se entende como “matável”, mas a mídia parece que sim!.. Então, eu me entendo como um profissional que busca conciliar o serviço e a proteção da sociedade, trocando em miúdos, a atividade constitucional da polícia, o policiamento ostensivo, trocando em miúdos, aquela frase “servir e proteger”, mas enquanto você “serve”, enquanto você “protege”, eu olhando para mim enquanto profissional, enquanto pai, enquanto chefe de família, eu tento proteger minha própria vida antes disso tudo, porque o policial tá morrendo a cada dia...Eu me enxergo nesse teatro aí na morte que permeia nossa profissão, como uma pessoa que tenta não fazer parte dessa estatística negativamente... (Sargento F5, dezesseis anos de serviço)

Hoje, o policial é um “ser matável”, achei essa frase interessante. Fazendo uma análise bem filosófica, bem maluca, pensei na “sujeição criminal do Misse”⁶(a relação de tratamento a alguém já fadado pelas suas maneiras, características físicas e culturais a ser rotulado como um criminoso)(MISSE, 2008). Tem a sujeição criminal aquela que agente olha aquele tipo de pessoa e acha que ela vai adotar certos comportamentos e acha que aquela pessoa é “matável”. Acho que isso está acontecendo com os policiais, acho que já naturalizou. Morre policial não se tem nenhuma comoção e agente está entrando nessa guerra, tá ficando insano isso, já não há mais razão. O bandido mata o policial pelo simples fato de ser policial, o policial mata o bandido pelo simples fato de ele ser bandido. Agente escuta muitas histórias. Eu venho de uma família que não havia policial nenhum, depois de um tempo um primo se tornou policial, mas eu escutava muitas histórias dos “policiais antigões” né? Aquela coisa, às vezes o policial tava no ônibus, foi rendido, às vezes tomavam só a arma e não o matavam, às vezes nem isso fazia. Hoje em dia, o cara não pode estar com nada, se o cara achar que é policial ele vai matar. Então, tem essa questão da naturalização da morte, acho que ela tem alguma coisa que agente pode buscar como origem, não só em uma, mas em várias que é a questão da formação. (2º Tenente F6, cinco anos de serviço)

⁶No Brasil, a prevalência extralegal desse processo é generalizada. Não se trata de uma exceção, mas de uma regra. Para distinguir esse processo social de um processo de incriminação racional-legal, chamo-o de “sujeição criminal”. Nele, primeiramente, busca-se o sujeito de um crime que ainda não aconteceu. Se o crime já aconteceu e se esse sujeito já foi incriminado antes, por outro crime, ele se torna um “sujeito propenso ao crime”, um suspeito potencial. Se suas características sociais podem ser generalizadas a outros sujeitos como ele, cria-se um “tipo social” estigmatizado. Mas a sujeição criminal é mais que o estigma, pois não se refere apenas aos rótulos, à identidade social desacreditada, à incorporação de papéis e de carreiras pelo criminoso (como na “criminalização secundária” de Lemert). Ela realiza a fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado. É todo um processo de subjetivação que segue seu curso nessa internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um “espírito” que lhe tomou o corpo e a alma. Não é à toa que, no Brasil, a chamada “ressocialização” de sujeitos criminais se faça predominantemente via conversão religiosa (MISSE: 2008).

O período do recrutamento para estes agentes foi o mais agradável para suas atividades, desenvolveram o senso de pertença de grupo, espírito de solidariedade que os fazem reconhecerem-se como policiais militares. O incentivo ao espírito combatente e ao *ethos* guerreiro deram-se nesse período, onde canções, rituais e práticas lúdicas faziam parte da dinâmica da formação. Por outro lado, o caminho da profissão é um caminho em prol de um emprego melhor, estabilidade, posição social. O caminho para PMERJ passa por uma epopeia, por empregos na iniciativa privada ou funções temporárias nas forças armadas e uma chance de continuidade do status que até então havia na vida anterior, interrompida por uma dispensa do quadro ativo, medo do desemprego ou falta deste.

Alguns entram ali, primeiro porque é um concurso público, você quer ter uma “estabilidade”, você quer ter um status dentro da sociedade e você acaba vendo que a questão da estabilidade, não tem estabilidade em si, você acaba lidando diariamente com a morte. (Soldado F2, um ano e meio de corporação).

Tenho quatro anos e sete meses de corporação, num primeiro momento entrei para PMERJ porque queria estabilidade, sair da empresa onde trabalhava. (Soldado F3, quatro anos e sete meses de corporação).

Sou policial militar há onze anos e quatro meses, antes de ser policial militar era guarda municipal de Niterói, prestei concurso também para guarda-vidas do Corpo de Bombeiros, fui aprovado nos dois concursos, mas optei por entrar para PMERJ por já ter dois irmãos na corporação (Cabo F4, onze anos e quatro meses de corporação).

3.2 Morte e profissão.

A morte faz parte do serviço policial. Essa assertiva dentro do grupo estudado oferece uma dinâmica muito peculiar. De todos os policiais entrevistados, a cultura da militarização e combate ao inimigo perpetrada pelas ações de policiamento gera essa verdade insofismável. Mas não só os “matáveis” são atingidos por essa lógica fratricida, vitimizadores também. Sendo tal lógica amparada pela própria instituição que os forma, ou informa uma função, pois toda construção do policial militar gera nestes agentes a certeza da não responsabilização da instituição com o caráter prático do enfrentamento, a perda da vida.

Para essa mesma parcela de profissionais, trotes ou sugas, e outros tipos de ritos de passagem, continuados através das práticas nas ruas, reforçam a ideia de que a guerra é o caminho por onde passam suas atividades e que a vitimização do outro, ou do seu algoz seria a moeda de troca, a justa medida da forma como foram confrontados. A morte é justificável, é uma rotinização, uma prática, uma maneira de fazer-se “ser” perante seu grupo social.

Mas esta autoafirmação também tem seus paradoxos. Todos do grupo concordam que a morte tão próxima, colocada lado a lado em algum momento de sua passagem profissional os traumatizou, ou fez acordar para relativizarem seu papel como profissional de segurança pública. Uma maturidade de ações que mesmo para aqueles ainda ligados à atividade fim, os levou a pensarem friamente o quanto são apoiados pela instituição PMERJ, quais os perigos dessa prática laboral, a filosofia de trabalho e que caminhos possam tomar suas carreiras após tal reflexão.

A morte tanto no curso de formação, quanto no batalhão também, a morte do, vou falar “inimigo”, do bandido, é tida como um prêmio. Até o objeto de estudo que eu tenho feito é a questão do “policial bom de trabalho”, quem é o “policial bom de trabalho”? Geralmente, ah esse cara é bom de trabalho! Ah, é o cara que é “de guerra”, do GAT (Grupo de Ações Táticas, utilizado em operações nas favelas) e tal. E aí tem aquele cara lá no administrativo que resolve tudo, porque ele não é um cara bom de trabalho? Então assim, a morte ela é tida. Eu pelo menos, é a percepção que tenho, tanto no curso de formação, ela é tida como um prêmio. Logo, os primeiros “autos de resistência” que tiveram na “turma”, que começaram a aparecer o pessoal, pô parabéns! Aquela alegria e tal, ah agora sim! Ah, parabéns! Legal! Aí depois, vai lá “responder”, aí entra no excesso, aí agente começa a ver até que ponto isso é legal. Então assim, é, a questão na formação e nos batalhões, eu posso garantir que essa questão da morte ela é tida como um prêmio do outro e é até insano que agente não consegue perceber, que é aquela coisa agente ta morrendo também, agente ta morrendo” (2º Tenente F6, cinco anos de serviço).

Gostaria de saber se após esses episódios que ocorreram com vocês de enfrentamento ou violência, se há algum acompanhamento psicológico fornecido pela instituição?

F4: Eu não tive, até porque a polícia é tão violenta que acabou com o setor de psiquiatria da própria unidade, não existe. Até porque, ano passado tivemos seis policiais que cometeram suicídio e até hoje acharam que isso foi normal. Eu não tive, eu busquei válvula de escape no esporte, sempre pratiquei esporte, esquecer que era polícia, através da minha família, dos meus irmãos que são bem mais antigos na polícia que eu e viviam essa realidade, porque apoio jurídico, psicológico dentro da unidade isso não existe.

E os demais tiveram?

F3: Mesma coisa que F4 falou (todos, risos), eu não tive.

Essa relação morte e profissão, evidenciada pelos relatos acima, deslocam a rotinização de suas tarefas como profissionais de segurança pública para outro plano, ao terem plena consciência de suas ações. Dado o caráter factível da morte, o desejo é evitá-la, buscar um outro sentido para suas atividades. É curioso pensar que mesmo aqueles ainda na atividade fim redimensionam a natureza do trabalho, quer evitando confrontos, sendo mais cauteloso em suas atividades, quer dando outros sentidos e significados a sua rotina de trabalho.

Seria um serviço mais proativo, de você agir, pois antes de você entrar na corporação dá de cara com a situação do roubo em série na rua e acaba sendo vítima

dessa situação. Então você entra com a ideia de mudar esse cenário e você acaba esbarrando com os “problemas estruturais” da corporação. Eu tinha uma visão de lidar mais com os “serviços operacionais”, você vê o policial no jornal subindo morro, fazendo operação, mas quando você está vivendo aquilo mais de perto, na realidade, você vê que o perigo é muito grande”, você lida com a morte muito de perto”. Eu trabalho na UPP e diariamente você é monitorado pelos traficantes, tem situações ali se ele quiser te matar, ele te mata. Às vezes você tá “na mão dele”, geografia ruim, o equipamento não é bom, às vezes, você deixa de agir, sabe onde eles estão, sabe a quantidade de fuzil, de droga, você pode até se dar bem, prendê-lo e apreender arma e droga, mas aí, eles sabem a sua rotina, o carro que você vem, você se torna refém da situação”. (Soldado F2, um ano e meio de corporação).

Sim, quando eu fui transferido para o 12º BPM. Por intervenção política toda a minha guarnição foi transferida para o batalhão de Niterói. Quando eu pensei, peraí! Estou trabalhando para que? Trabalhando para quem? A política tomou conta e passei a ver que o que eu fazia não era mais certo, e aí eu vim para Niterói, que é um local mais tranquilo, mais calmo que não possuía até sete anos atrás situações de enfrentamento constante, mas dentro do meu perfil operacional. Eu verso que nós somos clientes do nosso próprio trabalho, nós não podemos nos omitir, não é porque sofremos com problemas de logística, que eu vou me omitir a fazer um patrulhamento, a conter um assalto, se não patrulhar, não fazer o serviço operacional a minha mulher ao sair com meu filho na rua vai sofrer as consequências, meu companheiro de trabalho em casa vai sofrer as consequências, agindo sem, como dizemos inventar, fazendo apenas o previsto, pois a polícia não te ampara. Assim, hoje eu trabalho dentro desses quesitos, minha equipe trabalha dentro desses quesitos, somos clientes do nosso próprio trabalho”. (Cabo F4, onze anos e quatro meses de corporação).

Hoje consigo enxergar a polícia de uma forma diferente. Hoje trabalho numa UPP, numa função... não mais séria, a seriedade continua igual quando soldado, cabo, sargento, a seriedade continua igual. Mas devido ser uma função de cobrança, de proximidade com o comandante, agente acaba enxergando melhor as práticas que agente fazia antes, as práticas que agente achava que fazia certa, não reprováveis, mas agente achava aquilo normal, em termos de conduta policial, devido essa condição hierárquica. É aquela pirâmide estamental, a partir do momento que agente vai subindo o degrau, agente vai olhando de cima para baixo e vai observando o quanto de errado agente trabalhava, mas como era conveniente, agente acaba deixando passar batido porque é conveniente. Então hoje, a realidade onde eu trabalho é a UPP, o morro com uma densidade demográfica alta, relevo geográfico absurdamente inclinado, difícil de trabalhar a acessibilidade de viatura é pequena, noventa por cento do patrulhamento é a pé e a área foi redominada pelo tráfico, pelo crime organizado ou desorganizado, porém presente, eles estão lá...” (Sargento F5, dezesseis anos de serviço).

Portanto, muito comum se faz evitar a morte, mesmo que esse processo se faça de forma a reorganizar os espaços de ação contra o inimigo presente, mesmo e apesar de sentir ainda presente a figura de um inimigo comum, de uma sujeição criminal direta e inversamente proporcional a ação praticada, mesmo que essa sentida a luz do olhar desses agentes.

Quando se amadurece a ideia da morte, próxima e presente em cada ação ao longo das práticas profissionais, da atividade policial, a natureza do trabalho, sua razão e as formas de administração dos conflitos mudam no entendimento particular e íntimo dos usos e formas de sentir no outro e em si o propósito basilar de suas profissões: o policiamento ostensivo e a

preservação da ordem pública. Partindo, assim, de uma microvisão para macrovisão desses agentes os reflexos são expostos diretamente na atividade fim e nas relações de saúde e interpessoais entre tais agentes cuja sociedade civil é parte integrante.

Também teve uma questão de um colega de formação que morreu, aí é tipo um baque, quando acontece essa morte pode ser dividido o curso. O curso antes da morte desse colega, era mais a preparação física e os momentos bons e ruins que você vivia com os companheiros, e depois que esse colega morreu, parece que caiu mais a ficha que poderia acontecer comigo. (Soldado F2, um ano e meio de corporação).

Aí fiquei muito impressionado com tudo aquilo, porque até então, você quer trocar tiro, você tá vibrando. Mas aí quando acontece a primeira morte, que foi da soldado Fabiana, que foi a primeira policial e feminina a morrer, e foi na UPP Nova Brasília. Estava de serviço nesse dia, UPP vizinha a UPP do Alemão, o que divide as duas é uma rua, Joaquim de Queiroz, que em determinado momento se transforma na rua Canitá, e nesse dia os bandidos realizaram uma ação diferente atacando as UPPs do Alemão, Fazendinha e Nova Brasília, as pessoas começaram a gritar no rádio (sistema de rádio frequência para comunicação instalado nas bases e nas viaturas): policial ferido! Policial desesperado também gritando no rádio, fuzil parou, travou, containers não são à prova de balas, saímos dos containers, ficávamos correndo de um lado para outro na rua tentando se abrigar dos tiros, quatro policiais e um fuzil, sabendo que a probabilidade desse fuzil dar pane era grande, e aí você tem aquele contato direto ali com a morte e ainda escuta de um morador: “acabaram de passar trinta bandidos armados ali”, a 50 metros da gente, e aí trinta contra quatro, bateu o desespero e pensei vou entrar na tubulação de esgoto, não tem o que fazer e vou fugir porque aí é sobrevivência! E depois dessa morte, teve a de um cabo lá da nossa UPP, em patrulhamento onde tomou um tiro na cabeça. E você começa a ver essas coisas e sua vibração, quando você sai da academia começa a diminuir, você vai perdendo o gás. (Soldado F3, quatro anos e sete meses de corporação).

Eu, eu particularmente, eu acho que a estratégia que a polícia está adotando é uma estratégia burra. Porque se faz sempre a mesma coisa...Ah morreu...Eu tive um “divisor de águas”! Morreu um grande amigo meu, se formou, na época ainda era aspirante a oficial, e ele morreu, tomou um tiro na cabeça na UPP, tinha poucos meses de formado, e ele foi um amigo muito próximo, muito merecedor, era morador de rua, uma história bonita e aquilo foi um “divisor de águas”! Porque? Porque o pessoal falava, porque tem que pegar os caras, tem que matar, e eu, em meio a toda essa tristeza eu falei agente pode matar mil, que não vai trazer o colega de volta. Então assim, isso foi um “divisor de águas” para mim, porque agente entra naquela animação, acelerado, e agente “toma um baque”, “coloca o pé no freio” e começa a pensar assim, caramba, será que vale à pena mesmo?”. (2º Tenente F6, cinco anos de serviço).

Sendo assim, toda a base estruturante do serviço policial para esses profissionais tem deixado todos eles à mercê de uma política de segurança pública cujo abandono institucional, banalização da vida e desamparo jurídico fazem parte. Com isso, o reconhecimento da morte, a aproximação desta, criam nestes agentes o questionamento necessário ao afastamento de uma atividade mais laborativa e alinhavada ao combate em prol de um serviço mais burocrático, e, na impossibilidade deste, uma ação mais sensível a precaver-se quando no exercício da atividade fim.

Todos se igualam quando de uma passagem traumática pelos vieses da violência cujos personagens são igualmente atingidos, mesmo que tal vitimização seja em escala desproporcional entre policiais militares e marginais da lei. Aqui, tal assertiva não visa observar o aspecto moralizante ou desmoralizante da ação, mas o critério agregador ou desagregador que motiva tais agentes. Ou seja, como esses personagens são apresentados no processo de vitimização em relação a violência praticada ou sofrida na atividade policial, como a vida adquire importância maior conforme o extrato social da onde cada um pertence, policial ou marginal.

Conclusão.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em sua cruzada de combate ao tráfico de drogas tem levado seus agentes a um ambiente hostil, cujo relacionamento com a sociedade tem suscitado amplas reflexões acerca de seu papel no campo da segurança pública no tocante aos usos e métodos de trabalho.

Se por um lado, segundo pesquisas atuais, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro carece de legitimidade junto à opinião pública a ponto de ser uma das últimas instituições em critérios de confiança, ficando à frente apenas do judiciário, essa mesma opinião pública, de maneira expressiva, quando da opinião acerca de quem deve matar bandidos, elege essa instituição como aquela detentora do direito ao uso próprio da pena capital contra aqueles que violam a lei, em alguns tipos de crimes como estupro, homicídio e outros mais violentos. Dicotômica opinião.⁷

Tal opinião talvez se dê, segundo a mesma pesquisa, a alguns fatores históricos como a herança colonial escravocrata que atinge nossa sociedade e a seletividade penal que abarca como população potencialmente perigosa os descendentes desse processo, hoje ocupantes das parcelas mais pobres desta mesma sociedade morando em periferias e favelas e alvos comuns dos arbítrios e abusos na violência policial, promovendo assim na sociedade uma ideologia justiceira (LEMGRUBER; MUSUMECI, 2017, p. 34).

Todo esse quadro tem contribuído para uma ideologia de guerra que beira ao fratricídio, pois pretos pobres tem se enfrentado com resultado morte para ambos os lados,

⁷Pesquisa – Julita Lengruber, Inácio Cano, Leonardo Musumeci. Olho por olho? O que pensam os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”; CeSeC; Universidade Candido Mendes- RJ. Maio 2017.

tanto bandidos como policiais militares, cuja grande maioria em suas baixas patentes (praças) tem naquele seguimento sua origem étnica.

Nesta cruzada contra a criminalidade tais ações, segundo alguns autores, têm sido desencadeadas através da transformação do aparato policial militar na construção de uma política de segurança pública ao longo dos anos, principalmente no regime militar. Até então a preocupação com a segurança nacional colocava as polícias militares dentro de um conceito de combate ao inimigo na figura do subversivo político, onde esse inimigo passa a apresentar para as polícias outra medida, a de controle social (PINHEIRO,1981). Com isso a sociedade através da abertura política e o processo de democratização elege um novo adversário representado pela retórica da guerra às drogas, mascarando assim a herança militar presente em tais ações.

Para promover-se tal incentivo, o sistema castrense ainda tem suas vantagens, pois inibe questionamentos acerca do papel do agente de ponta, aquele que atua na primeira linha, acerca das suas atividades, pois obedecer sem questionar são as bases deste sistema. Porém, dada a aplicabilidade e a natureza da atividade realizada, a segurança pública – a resolução de conflitos, muitas vezes difusos e complexos – tem suscitado impasses e entraves à prática policial e a eficiência da atividade fim no tocante ao atendimento satisfatório ao público usuário deste serviço, a população. Luiz Eduardo Soares apresenta como saída a esse sistema hierarquizado e fadado a tirar a autonomia do agente policial a desmilitarização desse sistema, estabelecendo um ciclo único de polícia, realizando tanto investigações como o policiamento ostensivo (a PEC 51, ainda em tramitação no Congresso Nacional e proposta pelo Senado Federal).

Hoje a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro na ativa engloba cerca de mais quarenta e cinco mil homens, sendo cerca de 78% na atividade fim, mais de 17% na atividade meio e 5% fora da corporação em atividades como cessão a outros órgãos públicos, secretarias, prefeituras e afins, segundo registros coletados através do sistema de pessoal da PMERJ (SISPES). Para tal, os registros oferecidos foram filtrados e divididas as unidades que realizam a atividade de policiamento ostensivo, razão de ser da existência da polícia militar, e aquelas que realizam outros tipos de trabalho técnico burocráticos, conforme quadro em anexo, o termo DGP em separado diz respeito a Diretoria de Pessoal da PMERJ, local onde estão registrados os policiais fora da corporação e cedidos a outras instituições. O número de profissionais na atividade meio ainda pode variar para mais, isso porque não foi possível enumerar o número de policiais militares que mesmo em batalhões operacionais

desempenham naquelas unidades serviços administrativos, necessários ao funcionamento burocrático dos quartéis.

Do exposto é possível observar o massivo índice de policiais totalmente desligados da atividade fim, inclusive não sendo possível ainda observar aqueles que mesmo em serviço nas unidades operacionais encontram-se realizando serviços burocráticos podendo a cifra de 17% aumentar seu percentual. Ou seja, quase um terço dos policiais militares entre oficiais e praças não praticam atividades externas de policiamento salvo em momentos específicos como grandes eventos de maior envergadura e que não implicam em maior risco aos agentes.

Aliado a isto temos as diferenças em postos e/ou graduações, o que implica em uma maior ou menor aplicação destes homens conforme a sua antiguidade, quanto mais antigo menor será a chance de ser empregado na atividade fim. Tais atividades para estes policiais do serviço administrativo são reguladas por um dispositivo interno que prevê o chamado BPB (Batalhão de Policiais de Burocratas, Aditamento ao Boletim da PM nº 121 de 05 de julho de 1995).

Portanto cria-se uma reserva de serviços a policiais, e estes, ficam fora dos mecanismos do policiamento dito ostensivo, cuja natureza é bem diversa e menos perigosa que as atividades de ponta. Nem todos conseguem tais objetivos, mas a seletividade se dá pela natureza do serviço técnico realizado como área médica, de ensino, correcional e afins. O próprio batalhão de burocratas (BPB) antes criado para regular o trabalho do pequeno efetivo de policiais que realizam a atividade meio (o serviço administrativo) e protegê-los de escalas excessivas de trabalho, hoje são utilizados, dado o fluxo bem maior de policiais no expediente, complementando a atividade fim (o serviço nas ruas). Assim o que era excepcional tornou-se rotineiro.

A nossa Carta Magna em seu artigo 144 positiva a polícia militar como força armada, reserva do exército, responsável pela preservação da ordem pública e pelo policiamento ostensivo, ou seja, polícia dita administrativa. À polícia civil cabe a investigação de crimes, portanto enumerada como uma polícia judiciária. Tais funções quando a luz do campo do paradoxo jurídico do ser e do dever ser, colocam essas duas instituições em posições conflitantes em suas ações, dada muitas vezes a alternância de suas funções policiais. Polícia Militar exerce investigação através do serviço reservado e Polícia Civil exerce policiamento ostensivo através de suas delegacias especializadas.

Para Muniz (1999) tal dicotomia se dá por ser a atividade policial um serviço público e de natureza civil sendo aplicado muitas vezes de forma militarizada, ainda uma atividade de

combate ao inimigo representada pelo crime organizado e o tráfico de drogas, herança dos tempos de exceção vividos no regime militar, cultura essa entendida por alguns atores como um processo de *vigilantismo*(PINHEIRO,1981 p.71).

Essa crise de consciência laboral e produtiva tem suscitado processos de saber cujas dinâmicas tem colocado frente a frente o entendimento do poder de polícia. Questionado como orientador de uma cultura verdadeira e genuinamente propícia a proteger os cidadãos dos abusos e arbítrios de poder. Questionando também o papel do Estado como o único portador do uso legítimo da força e detentor do monopólio da violência, cuja seletividade penal, representada pelo direito subterrâneo segundo Aniyar de Castro (1984), tem ampliado para às populações periféricas da América latina o ônus de uma postura fadada ao banditismo e a práticas perniciosas à sociedade. Neste aspecto é possível ver no sistema policial e de justiça brasileiro seus reflexos no alto índice de prisões e homicídios perpetrados contra essas mesmas populações periféricas.

Quanto a polícia, vemos o quanto sua atuação tem prejudicado sua legitimidade, reconhecimento de autoridade e postura como uma organização democrática e própria a construção de uma identidade democrática e adequada às novas formas de administração de conflitos, as quais requerem uma prática de conhecimentos mais propícias a resolução de problemas, dinamizados pela interação social em detrimento de combate a um inimigo comum. Respostas que passam pelo crivo do homem de ponta da atividade policial, carecendo assim de um planejamento e treinamento mais autônomo ao campo de trabalho na atividade fim.

Dada a hierarquia estrutural da polícia militar, até a morte, ou a promessa dela para a prática da profissão através do juramento policial, sofre estratificações e distinções quando do seu compromisso castrense, observadas através da passagem das praças a pronto e dos oficiais a pronto, conforme se segue:

SEÇÃO-I

Do Compromisso Policial- Militar

Art. 31 – Todo cidadão, após ingressar na Polícia Militar mediante inclusão, matrícula ou nomeação, prestará compromisso de honra, no qual afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres policiais-militares e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los.

Art. 32 – O compromisso a que se refere o artigo anterior terá caráter solene e será sempre prestado sob a forma de juramento à Bandeira e na presença de tropa formada, tão logo o policial- militar tenha adquirido um grau de instrução compatível com o perfeito entendimento de seus deveres como integrante da Polícia Militar, conforme os seguintes dizeres: Ao ingressar na Polícia Militar do Estado do

Rio de Janeiro, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, *mesmo com o sacrifício da própria vida*.

1º - O compromisso do Aspirante-a-Oficial PM será prestado no estabelecimento de formação de oficiais, de acordo com o cerimonial constante do regulamento daquele estabelecimento de ensino. Esse compromisso obedecerá os seguintes dizeres: Ao ser declarado Aspirante-a-Oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, assumo o compromisso de cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, *mesmo com o sacrifício da própria vida*.

§ 2º - Ao ser promovido ou nomeado ao primeiro posto, o Oficial PM prestará o compromisso de oficial, em solenidade especialmente programada, de acordo com os seguintes dizeres: Perante a Bandeira do Brasil e pela minha honra prometo cumprir os deveres de oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria. (obs.: não há a expressão “mesmo com o sacrifício da própria vida”). (Lei Nº 443, de 01 de julho de 1981. Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro).

Observa-se que até o juramento a Aspirante-a-Oficial, considerado ainda uma praça, embora com a qualificação “especial”, a promessa de sacrificar sua vida pela instituição ainda é uma certeza, uma verdade a ficar bem clara para seu compromisso como profissional. Com isso, tal distinção deixa claro o caráter estamental das funções policiais militares. Dentro destes critérios tais observações, processam-se também nas forças armadas, porém de modo diverso, pois lá em tempos de guerra somente a alta cúpula de oficiais permanece no “teatro de operações” local este distante do front e propício ao estudo da atividade inimiga.

Com relação a Polícia Militar, as relações de poder deixam expor uma hierarquia, que mais que funcional, presta mais uma distinção social dos seus quadros que uma projeção de atitudes de natureza técnica visando a organização de padrões em uma estrutura pré-organizada. Dada a sociedade brasileira agir dentro de relações de poder do campo relacional onde indivíduo e pessoa tomam aspectos difusos e graus de importância distintos (Da MATTA1997), essa distinção também se observa na PMERJ, onde até a letalidade atinge praças e oficiais de forma diferenciada, apesar das praças terem suas carreiras menos atrativas, tanto na projeção funcional quanto no caráter de prerrogativas e direitos.

Em uma sociedade piramidal e hierarquicamente desigual (KANT de LIMA, 1994), o mesmo fenômeno ocupa lugar comum nessa força policial, estabelecendo estruturas de poder galgadas de forma diferente e nada isonômica. Nesse contexto atitudes que visem reconhecimento de direitos e manifestações de desagravo sempre envolveram maior adesão de profissionais de baixa patente em detrimento dos altos escalões da corporação, cujas funções específicas e incentivos monetários alocados nos chamados cargos de comando, chefia e

direção tem incentivado um maior alinhamento com as diretrizes governamentais que uma pertença de classe e sentimento de grupo. Este só é estimulado quando pela ótica de operacionalizar no indivíduo uma persona de combate e cultura de guerra urbana.

Mas, apesar disso, dada a necessidade e a urgência de uma agenda voltada a um aparato de segurança pública mais democrático e menos combativo, ideias, pensamentos e óticas de trabalho tem mudado. A formação de novos agentes, muitos deles cooptados da iniciativa privada, tem trazido jovens de formação acadêmica cujo treinamento militar não é suficiente a inspirar nestes uma formação que tire deles o espírito crítico e questionador, voltado a tentar entender os entraves e paradoxos das suas atividades.

Essa mentalidade, apesar de trazer entraves aos objetivos impostos à corporação, tem trazido novos caminhos ao campo da segurança pública, mesmo que de forma lenta e gradual, menos eficazes, mas mesmo assim, soando como tentativas a contribuir de forma positiva para a vida da sociedade. Tais propostas culminaram com a aproximação da sociedade organizada e as instituições policiais tentando entendê-las de dentro para fora, observando e tentando compreender seus pontos de vista, visão de mundo e mecanismos de funcionamento. Trazendo para dentro da instituição policial militar profissionais formados em outro campo de saber e alinhados ao trabalho acadêmico das universidades.

Mas, instituições como essas, burocratizadas e acostumadas a produzir sua própria identidade e conhecimento, acostumadas a relacionar pragmaticamente relações de causa e efeito a prática da administração de conflitos, tem reagido de forma reativa e sintomática aos questionamentos a elas dirigidos, elaborando discursos que segundo Michel Foucault, produzem:

[...] uma vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção... penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 1970, p.17)

Sendo assim, o próprio sistema de justiça e polícia produzem espaços que se relacionam complementando um ao outro quando do trato a criminalidade e ao criminoso, exercendo pressão para que a construção da identidade criminosa possa sofrer punição direta e inversamente proporcional à reparação à vítima, única variante suprimida ou esquecida nos processos de construção de direito e reparação de danos. Nem mesmo seus agentes, quando

incapacitados em seus trabalhos, tem na reparação a justa medida de seu comprometimento com a instituição e tratamento adequado. A instituição é incapaz de prover segurança jurídica necessária a defesa de interesse dos seus pares dentro de uma medida que promova isonomia de condições.

É nesse ambiente diverso do espaço da segura pública, que agentes são obrigados, pela força do juramento e profissão, a subir favelas, enfrentar o banditismo, construir um cenário de guerra onde – posto que a guerra não distingue vítimas – é possível matar, mas também é possível morrer. Onde não há espaço para pensar ou reagir preventivamente, aplicando, assim, a lógica combativa do enfrentamento e do confronto.

Dada tal assertiva, imperioso se faz construir uma identidade heroica na figura do neófito aspirante a policial, adestrá-lo, conduzi-lo ao caminho da vitória, mesmo que essa o transforme em uma herança pátria em razão do sacrifício da sua própria vida. Mas tais mecanismos não se processam assim, como um matadouro onde rezes seguem pacificamente ao morticínio. Atitudes de reação surgem e formas de entendimento criam no íntimo do miliciano uma crítica a suas ações, obrigando-o a relativizar seus espaços, sua importância e seu papel perante a estrutura policial militar.

Essa evolução o transforma e encaminha o espaço democrático da segurança pública para outro patamar, pois enquanto uns pensam que a humanização destes profissionais poderiam minar sua importância e força junto a suas atividades, outras policiais em sociedades cuja democracia tem formas mais robustas de existência, tem ganhado com um modelo de polícia mais atrelado a práticas de reconhecimento de direitos e respeito aos direitos humanos, até mesmo ao reconhecimento de garantias para os próprios agentes com relação a sua vitimização profissional.

O desafio agora é romper nessa estrutura burocrática, o paradoxo, a representação como uma força de combate em detrimento da representação como uma instituição representativa dos anseios da sociedade, contribuindo para o entendimento e coesão desta. Nascida há mais de duzentos anos, a polícia militar, antes, representação de espaços de poder do Império, controlando e vigiando as populações pobres (HOLLOWAY 1997), hoje, vive o desafio de romper com essa lógica de atuação, deixando de lado práticas excludentes e atitudes que não coadunam com uma nova mentalidade nos modelos de polícia.

Para tanto, o significado de suas profissões, representado no entendimento sobre a morte, como diria um dos policiais do grupo focal, do “outro” e de nós mesmos, requer mais que maneiras de não se compreender como um “ser matável”, a oportunidade de distanciar-se

de um fenômeno que aproxima a todos, e, coloca a todos em igualdade de condições. A fuga quando do entendimento do fatalismo da atividade policial tem, ao meu ver, refletido dentro do campo empírico e epistemológico, suscitado mecanismos tácitos de fuga de uma realidade crível cuja razão de ser tem dado tantas reflexões.

Parafraseando Durkheim quando da patologia do suicídio compreendida através da sociologia do suicídio, a representação patológica da morte em razão da representação social da morte, poderia ser compreendida pela estrutura social presente em um grupo. Dada a estabilidade ou não deste grupo é possível entender seus fenômenos sociais e traçar as razões psicológicas, as razões sociológicas da morte. Na polícia militar não seria diferente, enquanto durar a estabilidade de sua estrutura, como única forma de dizer a verdade sobre a atividade policial a luz de seus operadores, durarão os mecanismos que levam tais atores sociais a entender a morte a luz do íntimo conhecimento e da evolução do desenvolvimento humano.

“ Em cada soldado tombado mais um sol que nasce no céu do Brasil”
(Canção do policial militar)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aniyar de Castro, Lola. **Derechos humanos, modelo integral de La ciência penal y sistema penal subterráneo.**In Zafaroni, Eugenio Raúl. Sistemas penales y derechos humanos em América Latina. Primer informe. Buenos Aires, de Palma, 1984.

Da MATA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** 6ª ed. Rio de Janeiro; Editora Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio.**(Os pensadores). Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura... [et al] – São Paulo, Abril Cultural, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no College de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo:Edições Loyola, 2014.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro; repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Tradução Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMA, Roberto Kant de (1994). A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Tradução Otto Miller. 2ª. Edição revista. Rio de Janeiro, Forense.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** (Os pensadores). Traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; revisão de Eunice Ribeiro Durham. 2ª Ed. São Paulo; Abril Cultural, 1978.

Maus, Marcel (1972-1950). Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas: Marcel Mauss. Título original: Essaisur Le Don. Tradução: Paulo Neves. 1ª edição **Cosac Naify Portátil**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 288pp.

MEDEIROS, Flavia. **Matar o morto. Uma etnografia do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro**. Niterói, Eduff, 2016.

MIRANDA, Dayse. **Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro** / organização Dayse Miranda.–1. ed.–Rio de Janeiro: MórulaEditorial, 2016

MISSE, Michel. Acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008.

MISSE, Michel. **Sujeição criminal. Crime, polícia e justiça no Brasil** / Organização Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LEMGRUBER, Julita; CANO, Ignacio; MUSUMECI, Leonarda. **Olho por olho? O que pensam os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”**. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e crise política: o caso das polícias militares**. A violência Brasileira; São Paulo; editora Brasiliense, 1982.

PIRES, Lenin. **Arreglar não é pedir arrego. Uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Antropologia) - de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Fluminense, 2010.

SANTOS, Juana elbein dos. Os Nagô e a morte: Pàde, Àsèsè e o culto Égun na Bahia. Traduzido pela Universidade federal da Bahia. 14 ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua: o dilema do pato: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de polícia Militar Dom João VI**. Niterói-RJ. Editora da UFF, 2011.

STORANI, Paulo. **Vitória sobre a morte: a glória prometida - O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE**. Dissertação (mestrado em Antropologia). Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª Ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2015.

ZALUAR, Alba. **Etos guerreiro e criminalidade violenta. Crime, polícia e justiça no Brasil** / Organização Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

FONTES DIGITAIS.

YouTube: Luiz Eduardo Soares defende a PEC-51: desmilitarização para uma segurança pública cidadã, <https://www.youtube.com/watch?v=B6zXb4mU2HY>. Acesso em 22/05/2017.

YouTube: Departamento de Voluntários da Paz – SSP, <https://www.youtube.com/watch?v=nE1knq2qKlc>. Acesso em 22/05/2017.

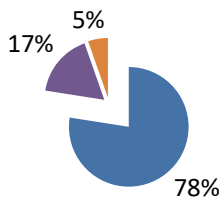
Extra OnLine: Seis oficiais são indiciados pela PM por treinamento que terminou com morte de recruta, <https://extra.globo.com/casos-de-policia/seis-oficiais-sao-indiciados-pela-pm-por-treinamento-que-terminou-com-morte-de-recruta-14040979.html>. Acesso em 14/06/2017.

Anexos

POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADES OPERACIONAIS	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	DGP	EFETIVO TOTAL
35.391 policiais	7.828 policiais	2.458 policiais	45.677 policiais

TABELA DE EFETIVO



FONTE: https://sispes.pmerj.rj.gov.br/est_opm_qtde.asp (acesso em 24/05/2017)